

Conselho Pedagógico

Ata nº 34

Ao trigésimo dia do mês de maio de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4 às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Eleição do Vice-presidente
3. Regime de Frequência e Avaliação das Pós-Graduações em Branding e Content Marketing e Comunicação e Assuntos Públicos (ano letivo 2016-2017)
4. Calendário Escolar do ano letivo 2016-2017
5. Atualização do Regimento do Conselho Pedagógico
6. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: André Cabral; António Belo; Carla Medeiros; Cristiana Soalheiro; Gaspar Lança; Inês Alexandre; Inês Cruz; João Borrega; João Rosário; Jaqueline Dias; Jorge Veríssimo; José Justo; Luís Almeida; Maria José Mata; Maria João Centeno; Paula Nobre; Paulo Barbosa; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia e Soraia Agostinho.

Não estiveram presentes: Filipa Subtil e Filipe Montargil que justificaram a sua ausência, Pedro Mateus e Célia Perry, que não justificaram a sua ausência.

Ponto 1

Informações

A Presidente começou por informar o conselho sobre o facto de o conselheiro António Belo ter colocado à consideração da Presidente do órgão e da coordenadora do curso de licenciatura em Jornalismo, Professora Fernanda Bonacho, a sua manutenção no órgão, uma vez que foi eleito como representante do corpo docente deste curso e atualmente não exerce funções docentes por ter assumido a vice-presidência do Instituto Politécnico de Lisboa.

Ambas acentuaram a importância de que se mantivesse no órgão, quer pela sua experiência enquanto docente, quer pela experiência acumulada enquanto presidente do órgão.

A Presidente informou o conselho de que a visita da Comissão de Avaliação Externa no âmbito do processo de avaliação/acreditação pela A3ES, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, do ciclo de estudos da licenciatura e do mestrado em Audiovisual e Multimédia vai ocorrer nos dias 23 e 24 de junho.

Ponto 2

Eleição do Vice-presidente

A Presidente propôs como Vice-Presidente o conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues. A proposta foi colocada a votação e aprovada por 16 votos a favor e 1 em branco.

Ponto 3

Regime de Frequência e Avaliação das Pós-Graduações em Branding e Content Marketing e Comunicação e Assuntos Públicos (ano letivo 2016-2017)

A Presidente pediu à conselheira Rosário Correia que apresentasse a proposta de Regime de Frequência e Avaliação da Pós-graduação em Branding e Content Marketing.

A conselheira Rosário Correia apresentou as alterações propostas ao Regime de Frequência e Avaliação, que se apresenta no anexo 1. As alterações dizem essencialmente respeito ao artigo 13.º, em função da reestruturação previamente aprovada à estrutura do curso.

A proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

A Presidente informou o Conselho que tinha convidado os professores César Neto e Nuno Jorge para apresentarem a proposta de Regime de Frequência e Avaliação da Pós-graduação em Comunicação e Assuntos Públicos.

A proposta foi apresentada pelo professor César Neto, o documento junta-se em anexo (anexo 2) à presente ata. A proposta tem por base os regimes de frequência e avaliação dos cursos de 2º ciclo da ESCS, bem como o regime da Pós-graduação em Branding e Content Marketing. As diferenças ocorrem nos artigos relativos à especificidade de cada curso, nomeadamente 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 13.º.

A proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

O conselheiro Jorge Veríssimo informou, que por sugestão do IPL, vai ser adotada a designação de "regulamento" em vez de "regime".

Ponto 4

Calendário Escolar do ano letivo 2016-2017

A proposta de calendário foi apresentada pelo conselheiro Jorge Veríssimo que sugeriu que no documento a aprovar fosse incluída uma nota de rodapé com a informação de que na última semana de cada semestre não há aulas (é uma semana reservada a aulas de dúvidas).

O conselheiro António Belo sugeriu que no mesmo documento fossem incluídas as datas limite para a realização de momentos de avaliação, atendendo aos diferentes regimes de avaliação das UC.

Foi proposto que o parecer do Conselho Pedagógico sobre o Calendário Escolar (anexo 3) fosse positivo, a proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Ponto 5

Atualização do Regimento do Conselho Pedagógico

A Presidente salientou o facto de, em virtude da entrada em vigor dos novos Estatutos da ESCS em março de dois mil e dezasseis, ser necessário atualizar o Regimento do órgão.

A proposta de atualização foi apresentada (anexo 4) e referido que a atualização do Procedimento Eleitoral será discutida na próxima reunião, em virtude de os membros do conselho passarem a ser eleitos nominalmente.

A proposta de Regimento do Conselho Pedagógico sem o anexo relativo ao Procedimento Eleitoral foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Ponto 6

Assuntos supervenientes

O conselheiro André Cabral apresentou um conjunto de queixas que interferem no normal desenvolvimento das atividades pedagógicas da ESCS.

O conselheiro Jorge Veríssimo interveio referindo que o problema relatado de falta de água é alheio à direção da escola e da responsabilidade do IPL. Aliás, a direção da ESCS não foi, previamente, informada desse corte.

O conselheiro António Belo explicou que a situação esteve relacionada com a obra que está a ser realizada no edifício P3, onde aconteceu uma rutura numa conduta que também abastece o edifício da ESCS.

Relativamente ao mau funcionamento do bar, o conselheiro Jorge Veríssimo insistiu que a direção da escola nunca recebeu nenhum email, por parte dos alunos, relacionado com os problemas dos bares. Informou que a atual empresa termina o contrato em Setembro e vai existir um novo concurso. Do júri deste novo concurso para exploração do bar fazem parte dois elementos da escola.

O conselheiro Jorge Veríssimo lembrou, relativamente aos problemas de limpeza das casas de banho, o facto de algumas situações de falta de higiene se deverem a duas razões: alguma displicência por parte dos alunos e simultaneamente cortes de pessoal de limpeza e manutenção em virtude dos constrangimentos orçamentais.

Sobre a falta de salas de estudo, o conselheiro Jorge Veríssimo salientou que não é fácil encontrar, dentro do edifício, novos espaços para os alunos estudarem/trabalharem. Aliás, referiu que no seu

programa de candidatura à presidência do IPL apresentava algumas propostas de solução deste problema no Campus. Não sabe, todavia, qual é a ideia da atual direção do IPL.

A conselheira Soraia Agostinho referiu que o IPL tem feito sucessivas promessas de transformar o edifício P3, para que passe a disponibilizar salas de estudo abertas toda a noite, mas que estas promessas não passam de intenções. A aluna salientou a urgência em pressionar o IPL.

O conselheiro António Belo explicou que existe um projeto para a construção no campus de um espaço comum, com cantina, bares e SAS, que só acontecerá com a vinda do ISCAL para o campus, porque só assim existe justificação para o financiamento.

Atendendo aos problemas identificados no horário da biblioteca, o conselheiro Jorge Veríssimo explicou que a biblioteca encerrou, durante alguns dias, entre as 17.00 e as 18.00, porque as 3 funcionárias estavam a frequentar um curso de inglês, oferecido pela escola. Referiu, ainda, que a esta situação se juntaram algumas situações de baixa por motivos de doença de duas das funcionárias.

Assumi que a direção poderia, durante um período experimental de um mês, por altura dos exames, e caso as funcionárias tenham disponibilidade, propor a abertura da biblioteca aos sábados. Partilhou igualmente a possibilidade de a escola contratar bolseiros, para que alguns serviços possam funcionar em horários alargados. Esta situação está dependente de decisão do IPL.

A conselheira Inês Alexandre sugeriu que as convocatórias das reuniões, bem como toda a documentação, sejam enviadas a todos os suplentes do corpo docente. A Presidente comprometeu-se a, em próximas reuniões, endereçar aos suplentes toda a informação necessária.

A conselheira Maria José Mata informou o conselho de uma situação ocorrida no âmbito da UC de Ética e Deontologia do curso de licenciatura em Jornalismo. Um aluno foi apanhado pela docente, em flagrante delito, a fotografar uma folha da docente com anotações sobre os critérios de avaliação dos trabalhos. A situação foi reportada à coordenação do curso e o aluno foi penalizado com a anulação daquele momento de avaliação.

A conselheira Soraia Agostinho referiu uma situação ocorrida no âmbito de uma UC do mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas, em que a docente terá alterado no decurso do semestre os critérios de avaliação da UC.

A Presidente referiu que essa situação tem de ser apresentada na reunião da Comissão Pedagógica do curso e daí pode resultar a identificação de uma situação relevante negativa. Como as coordenações de curso têm de enviar sínteses dessas reuniões ao Conselho Pedagógico, nessa altura o conselho apreciará a situação e poderá propor as providências necessárias.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 30 de maio de 2016

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

Maria João Centeno

(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

Ricardo Rodrigues

(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Branding e Content Marketing

Artigo 1.º Criação

- 1.1. A Escola Superior de Comunicação Social inclui na sua oferta educativa, uma Pós-Graduação em **Branding e Content Marketing**, em estreita parceria e articulação com a Ogilvy Portugal.
- 1.2. O curso de Pós-Graduação foi criado para responder às necessidades de conhecimentos e aquisição de competências que acompanham a evolução de estratégias e práticas de comunicação centradas nos conteúdos e na multiplicidade de canais de comunicação emergentes.

Artigo 2.º Destinatários

- 2.1. A Pós-Graduação em Branding e Content Marketing destina-se a diplomados ou profissionais nas áreas da comunicação.

Artigo 3.º Objetivos do curso

- 3.1. O curso de Pós-Graduação em Branding e Content Marketing tem como objetivos:
- Aquisição de conhecimentos e competências sobre estratégias de Branding e de Content Marketing, na ótica da criação e reforço de ligação entre marca e consumidores;
 - Aquisição de conhecimentos e competências sobre a gestão da comunicação e de conteúdos digitais, em particular nos social media;
 - Aquisição de conhecimentos e competências na produção de conteúdos para ambientes multiplataforma;
 - Desenvolvimento de competências no planeamento estratégico de marcas e da comunicação criativa em multiplataforma.

Artigo 4.º Áreas científicas

- 4.1. O curso de Pós-Graduação em Branding e Content Marketing está inserido na área científica de Estudos em Publicidade e Marketing.

Artigo 5.º
Duração do curso

5.1. O curso tem a duração de um ano letivo (2 semestres), correspondente a 60 ECTS.

Artigo 6.º
Regras sobre a admissão à Pós-Graduação

6.1. São admitidos à candidatura no Curso de Pós-Graduação em Branding e Content Marketing os candidatos que:

- a) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área da comunicação e/ou ciências empresárias, ou
- b) Sejam detentores de um currículo científico ou profissional adequado à realização desta Pós-Graduação.

Artigo 7.º
Candidatura

7.1. A candidatura será efetuada através da plataforma online disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificado de habilitações com a estrutura curricular, certificado com a média final de licenciatura, Curriculum Vitae detalhado e documento de identificação.

Artigo 8.º
Critérios de seleção

8.1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 6.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:

8.1.1. Curriculum

- a) Académico
- b) Científico
- c) Profissional

8.1.2. Formação Académica

- a) Nota de licenciatura
- b) Outras formações
- c) Adequação da formação à área da Pós-Graduação

NOTA: Os critérios definidos em 8.1.1 e em 8.1.2 são sempre obrigatórios.

8.2. No caso em que seja definido em edital de abertura de concurso a seriação de candidatos com base apenas nos critérios definidos em 8.1.1. e 8.1.2 do ponto 1 do Artigo 8º do presente Regulamento, as ponderações serão de 50% para cada critério.

8.3. O processo de seleção pode ser repartido por até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

Artigo 9.º

Vagas e prazos

9.1. O número de vagas e os prazos de candidatura à Pós-Graduação serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS, sob proposta do Presidente da ESCS.

Artigo 10.º

Condições de funcionamento

10.1. A ESCS assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do programa de estudos da Pós-Graduação em Branding e Content Marketing, nomeadamente:

- a) um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados;
- b) um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes da Pós-Graduação;
- c) o desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou do desenvolvimento de atividade de natureza profissional de alto nível,
- d) recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, biblioteca e laboratórios adequados.

Artigo 11.º

Frequência e propinas

11.1. A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.

11.2. A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.

11.3. As taxas de candidaturas, matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente e divulgadas no edital de abertura da Pós-Graduação.

11.4. O aluno pode, a título excecional e devidamente justificado, requerer a suspensão da frequência do curso, retomando a frequência no ano letivo seguinte, desde que o curso de Pós-Graduação funcione.

11.5. A repetição da frequência de UC num ano letivo seguinte, com exceção do previsto na alínea anterior, implica o pagamento de uma propina proporcional ao número de ECTS dessas UC.

Artigo 12.º

Funcionamento

12.1. O ano letivo encontra-se dividido em 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.

12.2. Cada semestre corresponde a 15 (quinze) semanas de aulas e outras atividades curriculares, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos por exame.

12.3. A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.

12.4. As datas de início e fim dos semestres, os períodos de férias e os momentos específicos de avaliação são fixados pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.

12.5. As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pelo Conselho Pedagógico e homologadas e divulgadas pelo Presidente no primeiro trimestre do ano letivo.

Área Científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	25	10 a 25
Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	0	0 a 10
Ciências Sociais	CS	10	0 a 5
TOTAL		35	25

Artigo 13.º

Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

13.1. O curso é constituído por dois semestres conducentes à obtenção de 60 ECTS que confere um Certificado de Pós-Graduação em Branding e Content Marketing.

13.2. A estrutura do curso é composta por 7 unidades curriculares obrigatórias e 5 opcionais.

13.3. A estrutura curricular do curso, em termos de ECTS por Área Científica, é a seguinte:

Artigo 14.º

Avaliação

Ponto Prévio: Só serão admitidos em exame os estudantes inscritos. Esta inscrição terá de ser efetuada até ao terceiro dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Para além disso, os

estudantes deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

14.1. A avaliação de cada unidade curricular é expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.

14.2. Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:

- a) Avaliação contínua;
- b) Avaliação periódica
- c) Avaliação por exame.

14.2.1. Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.

14.3. Avaliação contínua:

14.3.1. Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante, que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.

14.3.2. No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados na ficha de unidade curricular todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.

14.3.3. No regime de avaliação contínua deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40%.

14.3.4. A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até 15 (quinze) dias após o último dia de aulas do semestre.

14.3.5. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

14.3.6. O ponto anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

14.4. Avaliação periódica:

14.4.1. Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do ano letivo.

14.4.2. A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.

14.4.3. Deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60%.

14.4.4. Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste, neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer 15 (quinze) dias antes do final do semestre.

14.4.5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do exame da unidade curricular na época de recurso.

14.4.6. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão

apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

14.4.7. O ponto anterior aplica-se aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

14.5. Avaliação por exame:

14.5.1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.

14.5.2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.

14.5.3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.

14.5.4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 6 (seis) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.

14.5.5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 15 (quinze) dias após a realização do exame.

14.6. A classificação dos exames da época especial para finalistas e trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.

14.7. Têm acesso à época normal de exames:

14.7.1. os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;

14.7.2. os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.

14.8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:

14.8.1. não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos pontos 14.3, 14.4 ou 14.5 deste Regulamento;

14.8.2. pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.

14.8.3. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3º dia útil antes da data da sua realização.

14.9. Têm acesso à época especial os estudantes:

14.9.1. com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;

14.9.2. que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso.

14.10. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3º dia útil antes da data da sua realização.

14.11. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.

14.12. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

14.13. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular:

14.13.1. definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.

14.14. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.

14.15. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária.

14.16. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

Artigo 15º

Consulta de provas escritas

15.1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até cinco dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.

15.2. Em caso de consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Artigo 16º

Revisão de provas escritas

16.1. Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas de exame e provas escritas da avaliação periódica.

16.2. O pedido de revisão é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias após a publicação da classificação. Após o pedido será fornecida ao estudante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis,

cópia da prova de exame e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar a fundamentação do pedido de revisão de provas.

16.3. O pedido será enviado ao coordenador da secção (e, dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular) onde se insere a unidade curricular, que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas de exames cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.

16.4. O resultado da revisão de provas de exames será formalmente comunicado ao estudante, diretor de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.

16.5. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.

16.6. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.

16.7. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 17.º **Recurso da revisão de provas**

17.1. O recurso da revisão, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.

17.2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na leção da unidade curricular ou na revisão da nota.

17.3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao diretor de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 18.º **Trabalhador-Estudante**

18.1. Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:

- a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
- b) Trabalhadores por conta própria;

- c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a seis meses.

18.2. O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números seguintes.

18.2.1. A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:

18.2.1.1. Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:

- a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
- b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.

O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

18.2.1.2. Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:

- a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.

18.2.1.3. Se trabalhador por conta própria:

- a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
- b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.

18.2.1.4. Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:

- a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.

18.2.2. Os documentos mencionados no n.º anterior, salvo o constante da alínea 18.2.1.4 a), devem ter data igual ou inferior a 30 dias.

18.2.3. Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:

- a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;

b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 18.2.1.

18.3. Avaliação, isenções e regalias

18.3.1. O trabalhador -estudante não está sujeito:

- a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
- b) Ao regime de prescrição;
- c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua.
- d) Normas que limitem o número de exames a realizarem na época de recurso e especial.

18.3.2. Os estudantes com estatuto de trabalhador-estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.

18.3.3. Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.

18.3.4. Nos casos das unidades curriculares que se revistam de carácter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.

18.3.5. O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.

18.3.6. As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 19.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

19.1. O presente artigo aplica -se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, “Regime Jurídico do Associativismo Jovem”, aos estudantes da ESCS que sejam dirigentes da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas.

19.2. A associação de estudantes deverá indicar ao Presidente da ESCS, os estudantes/dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos documento comprovativo da sua tomada de posse.

19.2.1. A suspensão, cessação ou perda de mandado do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.

19.3. Avaliação, isenções e regalias

19.3.1. O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:

- a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
- b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.

19.3.2. A relevação das faltas depende da sua comunicação ao Presidente da ESCS, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 19.3.1.

19.3.3. Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.

19.3.4. O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.

19.3.5. O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:

- a) Requerer exame na época especial a duas unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
- b) Requerer até cinco exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de dois por unidade curricular;
- c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva UO.

19.3.6. Os direitos conferidos neste ponto podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

19.3.7. Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame.

19.3.8. Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 19.3.5., devem efetuar o requerimento até ao dia 21 do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.

19.3.9. Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.

19.3.10. O acesso a exames previstos no n.º 19.3.5. só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.

19.3.11. Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de créditos já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.

19.3.12. Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.

19.3.13. Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS, num prazo máximo de 48 horas após o término da assembleia geral.

19.3.14. Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente capítulo.

19.3.15. Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente capítulo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente/Diretor da respetiva UO, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.

19.3.16. As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pela presente alínea aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.

19.3.17. Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

19.3.18. Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.

19.3.19. No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 20º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

20.1. O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:

- a) Estatuto de parturiente;
- b) Estatuto de mães e pais estudantes;
- c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
- d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
- e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;
- f) Estatuto de estudantes investigadores;
- g) Estatuto de estudante portador de deficiência;
- h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
- i) Estatuto de estudante bombeiro;
- j) Estatuto de estudante voluntário.

20.2 – A estes estudantes aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 21.º
Processo de atribuição da classificação da Pós-Graduação

21.1. Ao certificado de Pós-Graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).

21.2. A classificação final do certificado de Pós-Graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 60 (sessenta) ECTS.

21.3. Tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção do grau académico de mestre, os ECTS do plano de estudos da Pós-Graduação em Branding e Content Marketing podem ser creditados no Mestrado de Publicidade e Marketing, segundo o regulamento deste e de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 22.º
Prazos de emissão do certificado

22.1. A emissão do certificado final do curso será feita no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias.

Artigo 23.º
Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

23.1. O processo de acompanhamento do curso de Pós-Graduação é da responsabilidade do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 24.º
Casos Omissos

24.1. Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

Anexo 2

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos

Artigo 1.º

Criação

1.1. A Escola Superior de Comunicação Social inclui na sua oferta educativa, uma Pós-Graduação em **Comunicação e Assuntos Públicos**.

1.2. O curso de Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos permite a especialização de profissionais na área da comunicação institucional e da gestão dos chamados Public Affairs. Num mundo onde diferentes assuntos, causas e organizações procuram o reconhecimento da sua legitimidade enquanto atores sociais, a gestão dos assuntos públicos torna-se indissociável da comunicação estratégica de qualquer organização.

A abordagem multidisciplinar dos assuntos públicos - guiada pela componente do reconhecimento público - oferece aos alunos a possibilidade de compreender os processos de comunicação estratégica na gestão de assuntos, estudar e elaborar campanhas nesta área de atuação, compreender os processos e os desafios inerentes aos public affairs e o papel da comunicação nos diferentes tipos de organizações.

Artigo 2.º

Destinatários

2.1. A Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos destina-se a:

- Diplomados ou profissionais de comunicação que procurem especializar-se na área de assuntos públicos;
- Diplomados ou profissionais de organizações políticas que pretendam aprofundar os seus conhecimentos na construção do reconhecimento público;
- Recém-licenciados na área de comunicação estratégica que procurem especializar-se na área dos assuntos públicos.

Artigo 3.º

Objetivos do curso

3.1. O curso de Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos tem como objetivos dotar os estudantes de capacidades e conhecimentos que lhes permitam:

- propor, desenhar e implementar campanhas de comunicação especializadas na área dos assuntos públicos;

- ter a capacidade de aplicar em contexto real os modelos conceptuais da participação e reconhecimento público;
- compreender as dimensões e os mecanismos de agregação de interesses e mobilização para a decisão política;
- desenvolver conhecimentos avançados de escrita, pesquisa, análise e apresentação oral de assuntos públicos.

Artigo 4.º **Áreas científicas**

4.1. O curso de Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos está inserido na área científica de Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional.

Artigo 5.º **Duração do curso**

5.1. O curso tem a duração de um ano letivo (2 semestres), correspondente a 60 ECTS.

Artigo 6.º **Regras sobre a admissão à Pós-Graduação**

6.1. São admitidos à candidatura no Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos os candidatos que:

- a) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área da comunicação, ciências empresarias, ciência política, relações internacionais e/ou administração pública.
- b) Sejam detentores de um currículo científico ou profissional adequado à realização desta Pós-Graduação.

Artigo 7.º **Candidatura**

7.1. A candidatura será efetuada através da plataforma online disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificado de habilitações com a estrutura curricular, certificado com a média final de licenciatura, Curriculum Vitae detalhado e documento de identificação.

Artigo 8.º **Critérios de seleção**

8.1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 6.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:

8.1.1. Curriculum

- a) Académico
- b) Científico
- c) Profissional

8.1.2. Formação Académica

- a) Nota de licenciatura
- b) Outras formações
- c) Adequação da formação à área da Pós-Graduação

NOTA: Os critérios definidos em 8.1.1 e em 8.1.2 são sempre obrigatórios.

8.2. No caso em que seja definido em edital de abertura de concurso a seriação de candidatos com base apenas nos critérios definidos em 8.1.1. e 8.1.2 do ponto 1 do Artigo 8º do presente Regulamento, as ponderações serão de 50% para cada critério.

8.3. Caso haja um empate entre candidatos, dentro dos critérios definidos no ponto 8.1, em qualquer fase de candidatura, e que resulte na exclusão da sua admissão à pós-graduação, será realizada uma entrevista de desempate para aferir a seriação dos candidatos em questão.

8.4. O processo de seleção pode ser repartido por até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

Artigo 9.º **Vagas e prazos**

9.1. O número de vagas e os prazos de candidatura à Pós-Graduação serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS, sob proposta do Presidente da ESCS.

Artigo 10.º **Condições de funcionamento**

10.1. A ESCS assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do programa de estudos da Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos, nomeadamente:

- a) um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados;
- b) um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes da Pós-Graduação;
- c) o desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou do desenvolvimento de atividade de natureza profissional de alto nível,
- d) recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, biblioteca e laboratórios adequados.

Artigo 11.º
Frequência e propinas

- 11.1. A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.
- 11.2. A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.
- 11.3. As taxas de candidaturas, matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente e divulgadas no edital de abertura da Pós-Graduação.
- 11.4. O aluno pode, a título excecional e devidamente justificado, requerer a suspensão da frequência do curso, retomando a frequência no ano letivo seguinte, desde que o curso de Pós-Graduação continue em atividade.
- 11.5. A repetição da frequência de UC num ano letivo seguinte, com exceção do previsto na alínea anterior, implica o pagamento de uma propina proporcional ao número de ECTS dessas UC.

Artigo 12.º
Funcionamento

- 12.1. O ano letivo encontra-se dividido em 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.
- 12.2. Cada semestre corresponde a 15 (quinze) semanas de aulas e outras atividades curriculares, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos por exame.
- 12.3. A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.
- 12.4. As datas de início e fim dos semestres, os períodos de férias e os momentos específicos de avaliação são fixados pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.
- 12.5. As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pelo Conselho Pedagógico e homologadas e divulgadas pelo Presidente no primeiro trimestre do ano letivo.

Artigo 13.º
Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

- 13.1. O curso é constituído por dois semestres conducentes à obtenção de 60 ECTS que confere um Certificado de Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos.
- 13.2. A estrutura do curso é composta por 12 (doze) unidades curriculares obrigatórias.
- 13.3. A estrutura curricular do curso, em termos de ECTS por Área Científica, é a seguinte:

Área Científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências da Comunicação	CC	10	0
Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional	RPCO	25	0
Ciências Sociais	CS	25	0
TOTAL		60	0

Artigo 14.º **Avaliação**

Ponto Prévio: Só serão admitidos em exame os estudantes inscritos. Esta inscrição terá de ser efetuada até ao terceiro dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Para além disso, os estudantes deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

14.1. A avaliação de cada unidade curricular é expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.

14.2. Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:

- a) Avaliação contínua;
- b) Avaliação periódica
- c) Avaliação por exame.

14.2.1. Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.

14.3. Avaliação contínua:

14.3.1. Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante, que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.

14.3.2. No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados na ficha de unidade curricular todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.

14.3.3. No regime de avaliação contínua deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40%.

14.3.4. A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até 15 (quinze) dias após o último dia de aulas do semestre.

14.3.5. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o

fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

14.3.6. O ponto anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

14.4. Avaliação periódica:

14.4.1. Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do ano letivo.

14.4.2. A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.

14.4.3. Deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60%.

14.4.4. Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste, neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer 15 (quinze) dias antes do final do semestre.

14.4.5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do exame da unidade curricular na época de recurso.

14.4.6. Os estudantes com o estatuto trabalhador-estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

14.4.7. O ponto anterior aplica-se aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

14.5. Avaliação por exame:

14.5.1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.

14.5.2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.

14.5.3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.

14.5.4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 6 (seis) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.

14.5.5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 15 (quinze) dias após a realização do exame.

14.6. A classificação dos exames da época especial para finalistas e trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.

14.7. Têm acesso à época normal de exames:

14.7.1. os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;

14.7.2. os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições

internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.

14.8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:

14.8.1. não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos pontos 14.3, 14.4 ou 14.5 deste Regulamento;

14.8.2. pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.

14.8.3. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3º dia útil antes da data da sua realização.

14.9. Têm acesso à época especial os estudantes:

14.9.1. com o estatuto de trabalhador-estudante;

14.9.2. que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso.

14.10. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3º dia útil antes da data da sua realização.

14.11. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.

14.12. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

14.13. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular:

14.13.1. definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.

14.14. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.

14.15. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária.

14.16. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

Artigo 15º

Consulta de provas escritas

15.1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até cinco dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.

15.2. Em caso de consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Artigo 16º **Revisão de provas escritas**

16.1. Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas de exame e provas escritas da avaliação periódica.

16.2. O pedido de revisão é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias após a publicação da classificação. Após o pedido será fornecida ao estudante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova de exame e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar a fundamentação do pedido de revisão de provas.

16.3. O pedido será enviado ao coordenador da secção (e, dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular) onde se insere a unidade curricular, que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas de exames cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.

16.4. O resultado da revisão de provas de exames será formalmente comunicado ao estudante, diretor de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.

16.5. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.

16.6. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.

16.7. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 17.º **Recurso da revisão de provas**

17.1. O recurso da revisão, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.

17.2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na leção da unidade curricular ou na revisão da nota.

17.3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao diretor de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 18.º

Trabalhador-Estudante

18.1. Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:

- a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
- b) Trabalhadores por conta própria;
- c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a seis meses.

18.2. O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números seguintes.

18.2.1. A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:

18.2.1.1. Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:

- a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
- b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.
- c) O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

18.2.1.2. Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:

- a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.

18.2.1.3. Se trabalhador por conta própria:

- a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;

- b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.

18.2.1.4. Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:

- a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.

18.2.2. Os documentos mencionados no n.º anterior, salvo o constante da alínea 18.2.1.4 a), devem ter data igual ou inferior a 30 dias.

18.2.3. Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:

- a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
- b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 18.2.1.

18.3. Avaliação, isenções e regalias

18.3.1. O trabalhador -estudante não está sujeito:

- a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
- b) Ao regime de prescrição;
- c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua.
- d) Normas que limitem o número de exames a realizarem na época de recurso e especial.

18.3.2. Os estudantes com estatuto de trabalhador-estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.

18.3.3. Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.

18.3.4. Nos casos das unidades curriculares que se revistam de carácter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.

18.3.5. O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.

18.3.6. As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 19.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

19.1. O presente artigo aplica -se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, "Regime Jurídico do Associativismo Jovem", aos estudantes da ESCS que sejam dirigentes da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas.

19.2. A associação de estudantes deverá indicar ao Presidente da ESCS, os estudantes/dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos documento comprovativo da sua tomada de posse.

19.2.1. A suspensão, cessação ou perda de mandato do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.

19.3. Avaliação, isenções e regalias

19.3.1. O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:

- a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
- b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.

19.3.2. A relevação das faltas depende da sua comunicação ao Presidente da ESCS, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 19.3.1.

19.3.3. Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.

19.3.4. O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.

19.3.5. O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:

- a) Requerer exame na época especial a duas unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
- b) Requerer até cinco exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de dois por unidade curricular;
- c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva UO.

19.3.6. Os direitos conferidos neste ponto podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

19.3.7. Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame.

19.3.8. Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 19.3.5., devem efetuar o requerimento até ao dia 21 do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.

19.3.9. Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.

19.3.10. O acesso a exames previstos no n.º 19.3.5. só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.

19.3.11. Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de créditos já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.

19.3.12. Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.

19.3.13. Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS, num prazo máximo de 48 horas após o término da assembleia geral.

19.3.14. Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente capítulo.

19.3.15. Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente capítulo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente/Diretor da respetiva UO, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.

19.3.16. As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pela presente alínea aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.

19.3.17. Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

19.3.18. Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.

19.3.19. No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 20º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

20.1. O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:

- a) Estatuto de parturiente;
- b) Estatuto de mães e pais estudantes;
- c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
- d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
- e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;
- f) Estatuto de estudantes investigadores;
- g) Estatuto de estudante portador de deficiência;
- h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
- i) Estatuto de estudante bombeiro;
- j) Estatuto de estudante voluntário.

20.2. A estes estudantes aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 21.º

Processo de atribuição da classificação da Pós-Graduação

21.1. Ao certificado de Pós-Graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).

21.2. A classificação final do certificado de Pós-Graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 60 (sessenta) ECTS.

21.3. Tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção do grau académico de mestre, os ECTS do plano de estudos da Pós-Graduação em Comunicação e Assuntos Públicos podem ser creditados no Mestrado de Gestão Estratégica das Relações Públicas, segundo o regulamento deste e de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 22.º

Prazos de emissão do certificado

22.1. A emissão do certificado final do curso será feita no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias.

Artigo 23.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

23.1. O processo de acompanhamento do curso de Pós-Graduação é da responsabilidade do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 24.º
Casos Omissos

24.1. Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

Anexo 3

Calendário Escolar Ano letivo 2016/2017

LICENCIATURAS

1º SEMESTRE	26 de setembro a 20 de janeiro*
Época Normal do 1º Semestre	23 de janeiro a 3 de fevereiro
Época de Recurso do 1º Semestre	13 de fevereiro a 24 de fevereiro

2º SEMESTRE	27 de fevereiro a 9 de junho**
Época Normal do 2º Semestre	12 de junho a 23 de junho
Época de Recurso do 2º Semestre	3 de julho a 14 de julho
Época Especial (Finalistas e Trabalhadores- Estudantes)	4 de setembro a 15 de setembro

MESTRADOS / PÓS-GRADUAÇÕES

1º SEMESTRE	26 de setembro a 20 de janeiro*
Época Normal do 1º Semestre	23 de janeiro a 3 de fevereiro
Época de Recurso do 1º Semestre	13 de fevereiro a 24 de fevereiro

2º SEMESTRE	27 de fevereiro a 9 de junho**
Época Normal do 2º Semestre	12 de junho a 23 de junho
Época de Recurso do 2º Semestre	3 de julho a 14 de julho
Época Especial (Finalistas e Trabalhadores- Estudantes)	4 de setembro a 15 de setembro

INTERRUPÇÕES

Férias de Natal	19 de dezembro a 1 de janeiro
Férias da Páscoa	10 de abril a 17 de abril

*A semana de 16 a 20 de janeiro é destinada a aulas de dúvidas para as UC em regime de avaliação periódica e avaliação por exame; não podendo ocorrer nenhum momento de avaliação, independentemente do regime de avaliação das UC.

Na semana de 9 a 13 de janeiro só podem ocorrer momentos de avaliação nas UC em avaliação contínua.

** A semana de 5 a 9 de junho é destinada a aulas de dúvidas para as UC em regime de avaliação periódica e avaliação por exame; não podendo ocorrer nenhum momento de avaliação, independentemente do regime de avaliação das UC.

Na semana de 29 de maio a 2 de junho só podem ocorrer momentos de avaliação nas UC em avaliação contínua.

Anexo 4

Regimento do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art.º 1

Âmbito de Aplicação

O presente regimento estabelece as normas de funcionamento do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS).

Art.º 2

Constituição

A constituição do Conselho Pedagógico é a definida pelo artigo 27º dos Estatutos da ESCS.

Art.º 3

Eleição

A Eleição do Conselho Pedagógico é realizada de acordo com o disposto no Anexo deste regimento.

CAPÍTULO II

Competências e Funcionamento

Art.º 4

Competências

O Conselho Pedagógico tem as competências previstas no artigo 28º dos Estatutos da ESCS.

Art.º 5

Presidência

1. O Presidente é eleito de acordo com o previsto no artigo 27º dos Estatutos da ESCS.
2. Cabe ao Presidente:
 - a) Representar o Conselho;
 - b) Convocar e dirigir as reuniões;
 - c) Divulgar e fazer executar as decisões tomadas;
 - d) Submeter ao Conselho todos os assuntos que relevem das suas competências próprias;

e) Disponibilizar previamente aos membros da Assembleia todas as informações necessárias à tomada de decisões.

3. O Presidente é coadjuvado por um docente Vice-presidente e um discente Secretário, propostos por si e eleitos pelo Conselho.

Art.º 6 **Funcionamento**

1. O Conselho Pedagógico funciona em plenário para a tomada de deliberações no âmbito das suas competências.

2. O Conselho Pedagógico tem reuniões ordinárias e extraordinárias, reunindo obrigatoriamente duas vezes por semestre.

3. No exercício das suas competências devem as deliberações ser tomadas nos termos dos artigos 25º e 26º do Código do Procedimento Administrativo.

4. As Convocações para as reuniões do Conselho Pedagógico são enviadas com a antecedência mínima de cinco dias úteis, por iniciativa do seu presidente ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros.

Art.º 7 **Plenário**

1. O Plenário do Conselho Pedagógico delibera no âmbito das suas competências, não o podendo fazer sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

a) Se não houver quórum, será lavrada uma ata indicando o nome dos membros que compareceram e dos que faltaram com ou sem justificação.

Art.º 8 **Votações e deliberações**

1. As votações no Conselho Pedagógico podem ser nominais nos casos comuns ou por escrutínio secreto quando se trate de assuntos referentes a pessoas e outros assuntos de complexidade reconhecida pelo Conselho.

2. Não é permitida a delegação de voto.

Art.º 9 **Atas**

1. De todas as reuniões devem ser elaboradas atas.

2. A ata é submetida pelo Presidente à aprovação na reunião seguinte, posto que é assinada pelo Presidente e Vice-presidente.

3. Na ata deve mencionar-se o que seja genericamente útil para a compreensão das discussões, bem como o teor das propostas e das deliberações tomadas e das declarações de voto.
4. As atas das reuniões do Conselho Pedagógico são tornadas públicas.

Art.º 10 **Mandatos**

1. O mandato dos membros do Conselho Pedagógico é de quatro anos para o corpo dos docentes e de um ano para o corpo dos discentes.
2. Perdem o mandato os membros a que se apliquem as condições do número 1 do artigo 12º dos Estatutos da ESCS.
3. No âmbito da alínea b) do número 1 do artigo 12º dos Estatutos da ESCS, aceitam-se como justificação válida para as faltas às reuniões do Conselho Pedagógico:
 - a) Motivos de saúde;
 - b) Assistência à família;
 - c) Participação em júris académicos;
 - d) Participação em provas de avaliação;
 - e) Outras razões aprovadas pelo plenário do Conselho.

Art.º 11 **Substituições**

1. Os membros efetivos eleitos do Conselho Pedagógico podem fazer-se substituir pelos membros suplentes, nas seguintes condições:
 - a) Reunião a reunião, sempre que justifiquem a sua falta ao Presidente e esta seja aceite, com 48 horas de antecedência da data da reunião agendada;
 - b) Temporariamente, em caso de licença sabática, equiparado a bolseiro, ou outras dispensas previstas na lei, por período não inferior a 90 dias;
 - c) Temporariamente, em caso de doença prolongada, por período não inferior a 90 dias;
 - d) Definitivamente, no caso de perda da qualidade para o qual foi eleito;
 - e) Definitivamente, em caso de perda de vínculo, seja qual for a sua natureza, com a ESCS;
 - f) Definitivamente em caso de perda, renúncia ou suspensão do mandato.
2. As substituições serão efetuadas pela ordem dos representantes suplentes de cada um dos corpos.

Art.º 12 **Responsabilidade criminal, civil e disciplinar**

1. Os membros do Conselho Pedagógico são criminal, civil e disciplinarmente responsáveis pelas infrações à lei cometidas no exercício das suas funções.

2. São excluídos do disposto no número anterior os que fizerem exarar na ata a sua oposição às deliberações tomadas e os ausentes que o façam na sessão seguinte.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Art.º 13

Revisão

O presente Regimento poderá ser revisto dois anos após a data da sua aprovação ou a qualquer momento mediante requerimento de dois terços dos membros do Conselho, em efetividade de funções.

Art.º 14

Normas supletivas

Na matéria não prevista neste regimento serão aplicadas supletivamente as normas constantes nos Estatutos da ESCS.

Art.º 15

Entrada em vigor

O presente Regimento entra em vigor após a sua homologação.